



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS INDÍGENAS DO RIO DE JANEIRO – CEDIND, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2018, NA AVENIDA ERASMO BRAGA, 118 – 3º ANDAR – PLENÁRIO.

Presentes: Carlos Tukano (AIAM), Sandra Benites (AIAM) Marize Vieira de Oliveira (ISPO – Aldeia Indígena Jacutinga), Reinaldo de Jesus Cunha (AULA), Nino Benites da Silva (Aldeia Araponga), Pedro Benites (Aldeia Itaxim/Paraty Mirim), Elio Karai Tupã Mirim Kae (Aldeia Itaxim de Paraty Mirim) Demercio Martine (Aldeia Rio Pequeno), Maurílio Mirim dos Santos(Aldeia Sapukai), Cacique Félix (Aldeia Céu Azul-Ara Hovy), Vilmar Vilarvis(Aldeia Mata Verde Bonita-Kaaguy Hovy Porã) Suzana Parai(Aldeia Mata Verde Bonita-Kaaguy Hovy Porã), Maria Tânia F. Ribeiro (Aldeia Pataxó), Açucena Riberio da Silva (Aldeia Pataxó), Cacica Eva Rete M. Benites (Aldeia Paraty Mirim), Adilson Tupã(Aldeia Paratymirim), Laura Benites de Souza (Aldeia Araponga), Flavia Arai da Silva (Aldeia Itaxim), Jorge Martine(Aldeia Rio Pequeno), Monalyza Alves (SEDHMI), Marluce Braz (SEC/RJ), Felipe Branco (SEEDUC/RJ), Rosani Ferraz de Araújo Staneck (SEAPPA/RJ), Rosangela Nunes (FUNAI), Virginia T. Guimarães (PUC-RIO), Ludmila Moreira de Lima (Associação Brasileira de Antropologia), Thales Arcoverde Treiger (DPU), Diogo Flora (Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ), Claudia A. F. Aiub (UNIRIO) Luiz Henrique Chad Pellon (UNIRIO), Hariessa Cristina Villas Boas (AIAM), Toni Lotar (Indigenistas), Hugo Rafael de Almeida Rosa (IPHAN-RJ), Celso de Moraes (SES) João Carlos “Birigu” (Secretário Municipal de Direitos Humanos e Participação Popular de Maricá), Ravel (Assessor da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular de Maricá).

Ordem do Dia:

1. **Início dos trabalhos:** O presidente do CEDIND – Cacique Carlos Tukano, inicia a reunião agradecendo a presença de todos e fala sobre a importância da presença dos indígenas aldeados e não aldeados neste conselho como fundamental para a causa indígena. Em seguida fala sobre a importância do CEDIND, para a



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

formulação de políticas públicas. Na sequência solicita a apresentação de todos para a integração dos membros do conselho. Feito as devidas apresentações, a Sra. Monalyza Alves sugere a inversão da Pauta da reunião, tendo em vista o atraso no deslocamento dos indígenas aldeados de Maricá Assim, ao invés de iniciarmos a reunião com a leitura do Decreto que institui o CEDIND, façamos as considerações no que diz respeito à Logomarca do Conselho.

2. **Apresentação e Definição da Logomarca;** Após a projeção da logomarca idealizada pela SEDHMI, foram feitas as seguintes sugestões: O Sr. Toni Lotar, sugere inserir a sigla “RJ”; A Sra. Claudia questiona quanto ao processo de criação desta logomarca. A Sra. Monalyza, explica que este é apenas um modelo sugerido pelo Departamento de Comunicação da SEDHMI, e ainda, que trata-se de sugestão, feita para aprovação, ou não, dos Conselheiros. O Sr. Carlos Tukano, destaca que a mesma precisa de mais elementos indígenas. Trabalhar com a ideia de um Cocar, por exemplo. A Sra. Monalyza questiona quanto à representação do cocar, entendendo que existe diferença de cocar entre as etnias. O Sr. Tukano explica que o cocar, o arco e a flecha são elementos nacionais na representação dos Indígenas, independentes de suas etnias. A Sra. Rosangela destaca que o tacape, assim como o cocar, o arco e a flecha, comunicam melhor a questão indígenas. A Sra. Sandra sugere que a copa da árvore fosse um cocar. O Sr. Júlio destaca que a logomarca do conselho deverá representar a luta do povo indígena. A Sra. Claudia sugere que os povos indígenas presentes poderiam construir uma logomarca e apresentar em outra reunião. Como encaminhamento, a Sra. Monalyza sugere que cada Aldeia ali representada traga na próxima reunião elementos, ou mesmo desenhos, para que decisão dos conselheiros. O Sr. Toni sugere que com base nas observações o departamento de comunicação da SEDHMI, apresente também uma proposta de logomarca. A Sra. Marize, destaca que a arte apresentada poderia ser modificada, onde a copa da árvore fosse um cocar protegida pelo arco e flecha. Não perdendo assim, os símbolos representativos do povo indígena. O Sr. Nino, sugere inserir também o cachimbo. Sendo entregue um sugestão de desenho.
3. **Definição do Calendário das reuniões do CEDIND:** A Sra. Monalyza pede a atenção dos conselheiros para a definição do calendário das próximas reuniões até



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

dezembro de 2018. O Sr. Carlos Tukano destaca a importância do calendário, para organização das aldeias. A Sra. Monalyza sugere que as reuniões sejam realizadas na terceira semanas do mês; levando ainda em consideração os dias de semana, priorizando terças, quartas e quintas. E que ainda, as reuniões sejam mensais, tendo em vista a construção do Regimento Interno, processo que irá nortear todos os procedimentos e ações do Conselho, e que o mesmo é um processo que demanda tempo e necessita de ritos burocráticos, como por exemplo, a avaliação da assessoria jurídica. O Sr. Nino, destaca que as aldeias também tem uma agenda de participação em outros conselhos. O Sr. Júlio destaca que o ideal é a realização das reuniões nos finais de semana, tendo em vista que os conselheiros também são trabalhadores. O Sr. Tukano, destaca que a realização aos fins de semana desmobiliza os órgãos presentes. Destacou que é importante a capacitação dos conselheiros aldeados, para entender o seu papel no conselho, para que o mesmo mostre aos governos as necessidades da população indígena. Para isso, cada conselheiro tem que assumir sua responsabilidade na participação nas reuniões. Aproveitou para solicitar a representante da FUNAI, cumprir as etapas necessárias para garantir o transporte dos indígenas aldeados nas reuniões do CEDIND. O Sr. Luiz Henrique, entendendo a construção do documento, destaca ser importante à realização das reuniões na capital, e nada impede que sejam realizadas atividades nas aldeias aos finais de semana na forma de oficinas, etc. A Sra. Monalyza destaca a dificuldade no deslocamento como um elemento que impediria a realização das ações nos finais de semana, e ainda, responde ao Sr. Júlio que aqueles indígenas aldeados que estão com contrato de trabalho podem solicitar ofício para justificar a ausência em seus trabalhos. O Sr. Nino destaca que trabalha como agente de saneamento para a SESAI, e ele como cacique da sua aldeia, procura organizar suas atividades sempre em consenso com sua aldeia para que não fique sem um responsável. E destaca não ter problema com a SESAI no que tange a participação no Conselho. A Sra. Rosângela explicou que é garantida por Lei a participação de servidores em Conselhos. Destaca que os melhores dias seriam as quartas e quintas, tendo em vista o trânsito da região da costa verde até a capital. Destaca que fará os encaminhamentos necessários junto a FUNAI para



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

viabilizar o transporte nas reuniões. O Sr. Toni destaca como importante a parceria com FURNAS S/A, que tem apoiado de forma emergencial, e com a definição do calendário acredita que FURNAS possa garantir o transporte até a definição por parte da FUNAI. A Sra. Eva destaca que as quartas-feiras, como melhor opção, tendo em vista a atuação nas Aldeias. A Sra Marize destaca precisa de declaração comprovando sua participação, e sugere que a declaração venha com a Lei que garante a participação de servidores nas reuniões de Conselhos. Destaca a importância da realização de ações nas Aldeias nos finais de semana, com o apoio das Universidades Federais que tem acento no Conselho o Sr. Birigu, destaque que com o planejamento, a Prefeitura de Maricá viabilizar o transporte A Sra. Claudia, esclarece que a UNIRIO possui apenas um ônibus, mas que existe a possibilidade de parceria com as outras universidades federais, sendo assim, uma possibilidade de parceria Assim, foi feita a leitura das próximas datas, sendo elas: **19 de setembro; 17 de outubro; 22 de novembro**(excepcionalmente na quinta-feira), **12 de dezembro**. O Sr. “Birigu”, trouxe a reflexão do momento político que se aproxima, como elemento que poderá alterar o trabalho pré-estabelecido, assim, reforça a necessidade de redigir e publicar o Regimento Interno do CEDIND, tendo em vista, as mudanças pós-eleição. O Sr Toni, destaca como meta de honra dos Conselheiros redigir o regimento interno e fazer deste Conselho exemplo para os demais Estados. O Sr. “Birigu”, colocou a estrutura da Secretaria Municipal a disposição para alimentação, transporte e demais necessidades do conselho. Em prosseguimento, o Sr. Tukano, questiona sobre a manutenção do horário das reuniões. Ouvidos os conselheiros, definiu-se o horário das reuniões das 13h00 às 17h00.

4. **Regimento Interno:** A pedido do Sr. Toni, falou-se sobre o processo de construção do Regimento Interno. A Sra. Monalyza, sugere a criação do regimento de forma participativa durante as próximas reuniões. Em seguida, falou-se sobre a estrutura do Regimento Interno, que a princípio seria formulado em: Do mandato, distribuir as atribuições, da periodicidade das reuniões, quórum, deveres e penalidades. A Sra. Hariessa lembra a questão da dotação orçamentária. O Sr. Thales esclarece que o Regimento interno, serve para orientar o funcionamento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

interno do Conselho, lembrando que o Regimento não pode criar novas ações que não estejam publicadas no Decreto. O Sr. Júlio coloca a disposição o Regimento Interno de sua instituição. A Sra. Monalyza destaca a importância da comunicação, principalmente por aplicativo de mensagens, para facilitar na construção do mesmo. A Sra. Rosângela sugere a criação de um conselho local, para facilitar a gestão do CEDIND, entendendo as distâncias entre as aldeias. O Sr. Reinaldo destaca a importância de pensar o CEDIND, como por exemplo, a criação de Câmara para falar sobre a questão agrária, questão da terra, além de criar a comissão para escrever. Além de pensar a estrutura com a criação de uma secretaria executiva e de espaço para sede do Conselho. Destacou a importância das atividades extra as assembleias, que o Conselho possa funcionar de maneira descentralizada. Destaca como importante filtrar os mecanismos, e realizar atividades nas aldeias e de ainda constituir uma base funcional e com tarefas concretas com o fim de resolver a demandas. A Sra. Hariessa destaca que o Regimento Interno servirá para regulamentar o Decreto. O Sr. Luiz Henrique, sugeri elencar a estrutura para organizar o CEDIND. O Sr. Toni sugere a leitura do Decreto. A Sra. Monalyza concorda com o Sr. Reinaldo no que tange a construção e organização do CEDIND, destaca que estamos todos pensando como serão os próximos passos.

- 5. Leitura do Decreto que Institui o CEDIND** - Feita a Leitura do Decreto. A Sra. Rosângela destacou a não participação do INEA e do IBAMA. E ainda, da participação como titular da DPU e da FUNAI, o que irá demandar a publicação de alteração do decreto. A Sra. Maria destaca a necessidade de esclarecimento quanto à possibilidade de haver dois presidentes eleitos em plenária. A Sra. Monalyza destacou que a solicitação foi feita a assessoria jurídica, quanto à viabilidade, o que ainda não resposta. A Sra. Hariessa, destaca que o órgão federal que não pode estar subordinadas ao um conselho estadual. A Sra. Monalyza destaca que o mesmo não se aplicou as universidades. O Sr. Toni esclarece a não citação da Aldeia Pataxó que a época da edição do decreto não estaria representada, mas em reunião realizada em Paraty as aldeias citadas no Decreto cederam uma vaga para a inclusão das mesmas. O Sr. Júlio pede para garantir sua participação no CEDIM,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

representando o Fórum e a Comissão Urupá, no CEDIND. A Sra. Monalyza destaca que tal movimento deverá ser feito pelo Fórum e pela Comissão solicitando a inclusão no CEDIND. O Sr. Júlio solicita que os presidentes do CEDIND, faça o convite para que o Fórum e a Comissão venham participar. O Sr. Toni solicita o convite para as prefeituras municipais de Paraty e Angra dos Reis. A Sra. Monalyza explica que o convite foi feito para a Prefeitura de Maricá, entretanto, ainda não haviam sido convidadas as prefeituras de Paraty e Angra dos Reis. O Sr. Reinaldo entendendo a aprovação de dois presidentes pede a paridade também na Vice-presidência. A Sra. Monalyza destaca no que tange a estrutura, a necessidade de criar uma secretaria executiva. Esclarece que os esforços estão sendo realizados para a contratação de um/a funcionário/a, entretanto, em função do momento político que se aproxima, estamos por lei impedidos de realizar contratações. Explica que neste momento a Secretaria Executiva estará sobre a responsabilidade da SEDHMI, podemos reservar a Sala de reunião da SEDHMI para a realização de reuniões, desde que seja elaborado um calendário prévio para a utilização. Em seguida, propõe a votação do meio de difusão da comunicação entre os conselheiros, via cópia oculta, justificando assim a centralização das informações, e ainda, com a criação de um grupo de whatsapp. A plenária aprovou o envio dos e-mails em cópia oculta e a criação do grupo de whatsapp, onde serão administradores a representante da SEDHMI, SEC e os presidentes. O Sr. Júlio perguntou sobre a possibilidade de criar o CNPJ do Conselho. A Sra. Monalyza responde que o CEDIND é um órgão vinculado à SEDHMI, mas que irá buscar a informação. O Sr. Júlio falou sobre a dificuldade de obter recursos financeiros que pudessem custear gastos com transporte, alimentação e outras necessidades. A Sra. Monalyza explicou a diferença entre a estrutura de uma Secretaria de governo e uma organização da sociedade civil, e ainda, a diferença entre projeção orçamentária e recursos financeiros na gestão pública. Esclareceu que o CEDIND poderá fazer parceria com outras instituições, como por exemplo, FURNAS, que apoia o CEDIND na concessão de transporte para os Aldeados da Costa Verde. O Sr. Júlio agradeceu as organizações presentes como fundamentais na luta dos povos indígenas. Falou que o maior problema que existe para os indígenas



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

aldeados hoje encontra-se no âmbito da saúde, em sua aldeia não tem saneamento básico. Solicitou a FUNAI maior atenção ao problema da saúde indígena. Pediu que a Defensoria tivesse atenção aos problemas da aldeia. Em Paraty, existe um movimento de retirado dos indígenas do município, publicado em Diário Oficial, onde a prefeitura se nega a realizar o procedimento de demarcação das terras indígenas. Falou ainda, da ação que jovens da Aldeia manifestaram-se porque o carro da SESAI da comunidade não tem manutenção, colocando em risco os usuários. Este caso foi levado à diretoria da SESAI que informou não haver recursos para a manutenção. A Sra. Claudia sugeriu a tradução para Guarani do Decreto que institui o CEDIND. O Sr. Reinaldo, fala da importância da descentralização da gestão do CEDIND, na perspectiva de melhor atender as demandas locais, em temas como, reforma fundiária, reforma agrária, entre outros temas. Na medida em que se consegue uma visão, mas ampliada, não invalida a atividade exercida nos territórios. Sugeriu pensarmos em inserir no Regimento Interno a criação de Conselhos Municipais, para melhor trabalhar na esfera municipal. O Sr. Hugo, representando o IPHAN, trouxe informações de um possível sambaqui na região da linha 03 do VLT, lembrou ainda que audiências públicas sobre esta obra estão sendo realizadas por conta do cemitério dos pretos novos. O Sr. Toni destacou o comprometimento dos indígenas aldeados, e que os mesmos estão em busca de soluções concretas. Compreendeu que são necessárias ações normativas, mas que as mesmas devem ser resolvidas de forma objetiva, com o fim de não desmotivar a participação. Para tanto, reivindicou resposta as seguintes questões: *i: metodologia para a construção do regimento interno; ii. Atualização do Decreto para a inclusão do IBAMA, INEA, Aldeia Pataxó de Iriri, e ainda, o convite às instituições que o grupo indígena ache pertinente e o convite às prefeituras.* A Sra. Monalyza respondeu pedindo o envio dos dados das instituições que serão convidadas, para a assinatura dos Presidentes. Quanto a metodologia para o regimento, será enviado via whatsapp uma minuta para leitura dos conselheiros e na próxima reunião serão realizadas as alterações pertinentes. O Sr. Toni perguntou sobre a possibilidade de partirmos de um regimento interno de um conselho pré-existente. A Sra. Monalyza sugeriu o Conselho de Educação



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos
Conselho Estadual dos Direitos Indígenas - CEDIND

Indígena. A Sra. Rosangela informa que o mesmo não foi construído de forma participativa, que seria melhor utilizar outro exemplo, e reforçou a necessidade de construção coletiva. O Sr. Toni questiona quanto às alterações no Decreto. A Sra. Monalyza sugeriu que a mesma seja feita em 2019. Esgotado os assuntos encerrou-se a reunião.

Eu, Monalyza Ferreira Alves Pereira (ID: 4325704-6), lavro a presente ATA.